

Impasse na ^{Congresso} definição das prioridades

por Eduardo Hollanda
de Brasília

O governo não conseguiu aprovar ontem o pedido de urgência urgentíssima para o projeto que cria a nova secretaria de governo. A secretaria, peça fundamental no esquema político que o governo está implantando, deverá ser ocupada por Jorge Bornhausen, mas a sua efetivação depende de aprovação no Congresso. A oposição havia condicionado a aprovação da urgência pedida pelo governo à aprovação de pedido semelhante para o projeto de decreto legislativo que suspende o precatório sobre o pagamento dos 147% aos aposentados, transferindo-o para 1993.

Agora, o governo tem até o próximo dia 10 de março, quando haverá nova reunião do colégio de líderes, para negociar prioridades na agenda do Congresso. A tendência é de que se o decreto legislativo suspendendo o precatório for votado são grandes as possibilidades de vitória da oposição, com o PMDB à frente. Mas não foi somente na Câmara que o esforço do governo para aumentar sua força no Legislativo acabou causando efeito contrário. No Senado, as tentati-

vas de formação de um grande bloco governista, com cinco partidos (PFL, PRN, PTB, PDS e PDC), articulado pelo senador Ney Maranhão (PRN-PE), tiveram como consequência a decisão dos líderes dos cinco partidos de oposição (PMDB, PSDB, PDT, PT e PSB) de formar o bloco da maioria, com 43 senadores, caso o novo bloco venha mesmo a ser oficializado.

O Congresso começou a definir as datas para a tramitação da emenda Serra, que antecipa para o dia 21 de abril de 1993 o plebiscito sobre o sistema e a forma de governo. O presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), ao receber o projeto das mãos do deputado Ulysses Guimarães, presidente da comissão mista que analisou o projeto, marcou para o dia 25 de março o primeiro turno de votação. Ibsen Pinheiro acredita que a emenda poderá ser aprovada, em dois turnos, na Câmara e no Senado, até 15 de maio. O deputado Ulysses Guimarães está confiante, mesmo sabendo que serão necessários 303 votos na Câmara e 49 no Senado para a aprovação.